



Ponte: moderação

Ponte condena agressões aos constituintes

Um desagravo aos constituintes. Para isso, o deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS) ocupou a tribuna durante sessão da Assembléia Nacional Constituinte, lamentando agressões contidas em discursos proferidos por participantes do movimento de empresários do Rio Grande do Sul, que se reuniram há poucos dias para defender suas propostas, contrárias às que foram aprovadas no anteprojeto de Constituição que agora está sendo discutido.

Segundo o deputado, não é por via de agressões, mas pela convicção "que poderemos verdadeiramente conseguir modificar o pensamento de alguns constituintes que, pelo convívio detectei, têm, senão todos, a grande maioria, a maior e melhor das intenções e são homens comprometidos com o bem e o progresso deste País", disse.

Ao mesmo tempo, o deputado gaúcho, que é também presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, apelou aos constituintes para que levem em consideração o movimento dos empresários gaúchos, que pretendem esclarecer a opinião pública e aos constituintes que "na verdade, o que convém ao povo brasileiro são propostas contrárias àquelas que foram aprovadas na fase inicial dos trabalhos aqui desenvolvidos".

— Prpostas que são denominadas de progressistas — enfatizou Luis Roberto Ponte — são propostas que, na verdade, vão nos levar à perpetuação da miséria e à continuidade do estado de iniquidade social em que estamos vivendo. Todos sabemos que só há uma forma de alocar benefícios para um terço da população brasileira que não tem o mínimo de condições materiais para se sentir digna, que é aumentar os bens que a Nação produz, o que só se faz pela via do trabalho.

Assembléia da Paraíba reabre após o recesso

João Pessoa — A Assembléia Legislativa da Paraíba reiniciou ontem suas atividades plenárias para o segundo período legislativo, após o recesso de 30 dias, sob um clima de expectativa diante dos últimos acontecimentos políticos ocorridos na Paraíba e no País.

O saldo do recesso registrou um fato singular com a invasão dos posseiros da fazenda Bela Vista, ocupando as dependências do gabinete do próprio presidente da casa, deputado José Fernandes de Lima. Esse episódio provocou uma reunião secreta, após a saída dos agricultores, entre a mesa diretora e os demais membros do legislativo, quando, por unanimidade, foi prestada solidariedade aos componentes da mesa.

Cabral quer esquentar o debate da Constituinte

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB/AM) levará hoje ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, sua inquietação quanto à necessidade de agilização dos trabalhos constitucionais. Num almoço que contará com a presença do presidente da Comissão, senador Afonso Arinos, eles discutirão uma nova sistemática de atuação dos constituintes, buscando uma fórmula de "esquentar" o debate sobre temas essencialmente constitucionais em plenário, que na opinião de Arinos, têm se revelado estérteis até o momento.

Nos últimos dias, por exemplo, diante de um plenário quase vazio, os constituintes divagaram na discussão de temas alheios ao cronograma da Constituinte.

Sobrou pouco tempo para o debate de temas constitucionais na primeira sessão extraordinária de segunda-feira convocada com este objetivo.

A sessão foi aberta às 14h30min, mas quando o primeiro orador inscrito para o debate constitucional, Paulo Ramos (PMDB-RJ), começou a falar, já passava das 16h. Dos oito inscritos para a sessão de segunda-feira, porém, só três apareceram: Paulo Ramos, Eraldo

Trindade (PFL-AP) e Tito Costa (PMDB-SP). Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), que não estava inscrito, também falou.

Paulo Ramos pediu o apoio de todas as bancadas na luta contra a desnacionalização da economia, que ganhou a primeira batalha com a aprovação, pela Comissão de Sistematização, do seu projeto de decisão, que veda a conversão da dívida externa em capital de risco.

Criticou o líder do PFL, José Lourenço, que no horário reservado às comunicações de liderança havia defendido a desestatização, citando o exemplo português. "Não sei se estamos diante de uma nova conexão portuguesa ou lusitana", provocou Paulo Ramos, numa referência ao fato de José Lourenço ter nascido em Portugal.

Eram 16h30 min, e a flagrante falta de quorum no plenário levou o deputado Haroldo Lima (PC do B/BA) a solicitar a verificação de quorum.

O presidente Ulysses Guimarães, que ainda não havia comparecido a nenhuma das sessões convocadas para discutir o projeto, passou rapidamente pelo plenário, durante a chamada. Ele não chegou, porém, a assumir a presidência da mesa e durante os vinte minutos que esteve na sessão dedicou-se a

uma conversa com o secretário-geral da mesa da Constituinte, Paulo Afonso, o senador Humberto Lucena (PMDB-PB) e o deputado Amaral Netto (PDS-RJ).

DOMINGO

O PMDB, com sua convenção que nada decidiu, deslocou, no domingo, o plenário da Constituinte da Câmara para o Senado. O novo ambiente contudo, parece ter feito bem aos constituintes, por seu espaço menor, mais aconchegante e de menos cadeiras sobrando. Eles se detiveram, praticamente durante o todo o tempo, à matéria exclusiva do dia, a discussão do Projeto de Constituição, e abordaram os temas mais polêmicos, como as questões da reforma agrária, do conceito de empresa nacional, da estatização e aquelas que o PMDB não quis resolver: a duração do mandato do Presidente Sarney e o sistema de Governo.

Alguns lembraram o dia de sol lá fora; outros homenagearam o escritor e sociólogo Gilberto Freyre. Todos, contudo, abordaram temas constitucionais. E embora apenas sete oradores estivessem inscritos para uma sessão que tinha espaço para 12, a estréia no domingo não decepcionou.

Anteprojeto traz retrocesso ao TST

LUIZ JOSE GUIMARAES FALCAO *

"A questão federal relevante nas decisões do TST: inovação do anteprojeto de Constituição que aumentará a carga de competência do Supremo Tribunal Federal, com prejuízo para a tramitação do processo trabalhista".

O anteprojeto de Constituição Federal atualmente em debate na Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte impõe grave retrocesso nas relações do Tribunal Superior do Trabalho com o Supremo Tribunal Federal.

E notório o interesse social para que as causas trabalhistas, quer individuais quer coletivas, tenham rápida tramitação e alcancem decisão definitiva no menor tempo possível.

A Constituição de 1946 quando tratou da competência do STF não cuidou de restringir as possibilidades de cabimento de recurso extraordinário das decisões do Tribunal Superior do Trabalho e o resultado foi a interposição de milhares de recursos para a Suprema Corte envolvendo não apenas matéria constitucional, mas também suposta ofensa à letra de lei federal.

Com o passar do tempo aumentou a carga de trabalho do Supremo, acarretando maior demora na solução dos processos trabalhistas.

A Emenda Constitucional nº 16, publicada no Diário Oficial da União de 06/12/65, instituiu a irrecorribilidade das decisões do Tribunal Superior do Trabalho, salvo se contrariarem a Constituição Federal, medida de grande sentido social e jurídico.

O sistema implantado no final do ano de 1965 revelou-se de grande valia, pois o processo trabalhista com três graus

de jurisdição não comporta mais um quarto grau para a interpretação da lei federal.

A Constituição de 1967 manteve o critério da irrecorribilidade das decisões do TST. (Art. 135) o mesmo ocorrendo com a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969 (Art. 143), ressalvada sempre a hipótese de ofensa direta à Constituição Federal.

Com o sistema preconizado no anteprojeto em debate na Comissão de Sistematização, o STF passa a ter competência para conhecer de recurso extraordinário quando a decisão do TST envolver questão federal relevante, o que vai triplicar o trabalho da Suprema Corte no julgamento dos recursos extraordinários e de agravos de instrumento dos recursos denegados, pois foi suprimido do texto constitucional a expressa determinação de irrecorribilidade das decisões do TST.

A rapidez do processo trabalhista precisa ser preservada e o Supremo protegido de milhares de recursos extraordinários que seguramente serão interpostos a pretexto de "questão federal relevante", impondo-se a reinclusão no texto constitucional da irrecorribilidade das decisões do TST, salvo se contrariarem a literalidade de texto constitucional.

* Ministro Guimarães Falcao, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho



Daso Coimbra

Daso diz que falta harmonia ao anteprojeto

Rio — "Se tivéssemos partido de um texto-base, ou seja, aquele da comissão de notáveis nomeada pelo presidente Sarney, ou qualquer outro texto constitucional, como, por exemplo, o de 1946, estaríamos hoje mais adiantados em nossos trabalhos e não experimentaríamos a série de críticas que são dirigidas diariamente a esta Assembléia Nacional Constituinte, em razão das impropriedades e das incongruências que o nosso texto-base revela e expõe".

Assim se pronunciou Daso Coimbra (PMDB-RJ), um dos mais antigos deputados federais que se vem reelegendo sucessivamente há mais de 30 anos.

Segundo Daso Coimbra, o perfil sem coerência da Constituição em gestação não é nada bom. O projeto, frisou o deputado, sofre a falta de uma harmonia, de pontos comuns, de coerência doutrinária e ideológica, de ajustamento à vontade do povo, da qual anda distante, buscando soluções casuísticas e mais voltadas para interesses localizados. O texto da futura Carta Magna, acentua Daso, é longo e à medida que se torna prolixo, mais se perde em suas finalidades dispares.